

Revista Iberoamericana de Turismo



MINISTERIO
DE ASUNTOS EXTERIORES
Y DE COOPERACION



ENCONTRO DE OLHARES SOBRE O TURISMO

Resenha

Daniella Pereira de Souza Silva

Turismóloga e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professora Assistente do Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Brasil.

E-mails: daniellapss@hotmail.com

“Turismo, Políticas e Desenvolvimento Humano” (Editora Asterisco, 2010, 203 páginas), publicação organizada pelos professores Silvana Pirillo Ramos, vinculada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Alagoas, e Lluís Mundet i Cerdan, da Universitat de Girona (Espanña), traz um conjunto de nove artigos elaborados por pesquisadores brasileiros e espanhóis, comprometidos com a análise crítica acerca da controversa expansão do Turismo, que se mostra conduzida não apenas pela gestão pública, esta cada vez mais questionada em seu papel de concepção e implementação de políticas capazes de assegurar o desenvolvimento sustentável do setor, mas também pelo protagonismo de atores que, presencial ou virtualmente, têm interferido cada vez mais na lógica da produção do turismo.

No capítulo *Turismo e Desenvolvimento Local: uma ‘viagem de inclusão’?* a autora Silvana Pirillo Ramos nos felicita com uma percepção bastante lúcida e crítica acerca dos elementos e conceitos subjacentes à elaboração e implementação dos planos e programas do governo federal, a exemplo do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), supostamente imbuído do viés participativo e inclusivo próprios do conceito de desenvolvimento local, que ela utiliza para amparar o seu raciocínio. Entretanto, as suas pesquisas demonstram que este conceito não se concretiza, convertido que foi à estratégia de *city marketing*, segundo a qual o local não passa de um espaço reconfigurado para atender à demanda de uma sociedade global. Ao afirmar que o discurso adotado pelo Ministério do Turismo desconsidera a estrutura do poder local e o processo sócio histórico das populações envolvidas, escancara vários aspectos no mínimo embaraçosos e que poucos pesquisadores discutiram profundamente até o presente momento: o fato de não haver garantias de que as comunidades locais vão se articular aos programas e se empenhar em concretizar os objetivos; que o agente mobilizador do suposto processo de desenvolvimento local não é parte integrante da comunidade, mas tem por

função apresentar indicadores positivos na avaliação de políticas por meio das oficinas 'participativas' que lhe cabe organizar; e que no contexto do desenvolvimento local, a inclusão social se dá por meio da geração de emprego e renda, de modo a favorecer o ingresso das pessoas no mercado consumidor, não obstante os subempregos gerados pelo setor, renegando-se o conceito de cidadania. Por fim, a autora põe em discussão a necessidade de se repensar as políticas 'públicas', que tipo de inclusão está em pauta e quem são estes incluídos.

Também se atendo, explicitamente, às políticas públicas de turismo em âmbito federal, a pesquisadora Marília Gomes dos Reis Ansarah em seu artigo *Políticas de Turismo e Segmentação de Mercado*, reforça com mais esta publicação seu interesse pelos estudos voltados à segmentação de mercado, ao analisar o Plano Nacional de Turismo 2007-2010. Aposta na segmentação na medida em que reconhece nela um caminho para a melhor organização do mercado que se dá a partir da existência de comportamentos homogêneos em relação a gostos e preferências, algo que tem se mostrado cada vez mais diversificado. Por esta razão, menciona vários estudos sobre a segmentação do turismo que variam segundo as necessidades do mercado e a interpretação dos estudiosos que se debruçam sobre o assunto. Apesar de relevante para os estudos do turismo, e apesar da trajetória incontestada da autora neste assunto em particular, faltou inovação na abordagem dada a este artigo quando o comparamos com os seus outros escritos sobre o tema. Outro aspecto que merece atenção é a sua análise da segmentação do turismo a partir de uma orientação basicamente mercadológica enaltecendo as potencialidades turísticas do país, e reforçando a importância das comunidades em trabalharem com o Estado na busca pela estruturação de produtos turísticos cujo objetivo maior é a ampliação do fluxo, e que aparentemente desconsidera os anseios e expectativas da comunidade nesta discussão. A sintonia com o discurso do MTur chama a atenção pelo grande otimismo com relação à perspectiva de inclusão por ela defendida e, conforme exposto na análise do capítulo anterior, é bastante questionável.

No artigo *Nuevos Turismos en Viejos Destinos*, o professor Lluís Mundet i Cerdan traz uma discussão bastante atual e que tem associação direta com as políticas de turismo concebidas pelo Ministério do Turismo brasileiro, dentre elas a de segmentação do mercado turístico. O autor analisa o comportamento do turismo de massa litorâneo da região da Catalunha na Espanha e a sua capacidade de sobrevivência que, por sinal, passa pela necessidade da reinvenção das práticas turísticas na busca pela minimização dos efeitos negativos da sazonalidade e que passa pela diversificação da demanda. Critica as análises antagônicas feitas a partir de um diagnóstico impreciso, constata o *boom* da construção civil, reconhece a crescente competitividade entre as destinações baseadas no conceito de *city marketing*, aponta a importância de a administração na escala local ser a protagonista do processo de desenvolvimento turístico e mostra a tendência das localidades em estabelecerem novas estratégias apoiadas no conceito de diferenciação e singularização. Estas análises, embora feitas a partir do caso da Catalunha, são

passíveis de serem reconhecidas como práticas em maior ou menor grau presentes no caso brasileiro. São reflexos de um cenário em que o acesso cada vez mais intenso às informações, a melhoria permanente do sistema de transportes, as facilidades de pagamento e a ampliação ao crédito, entre outros fatores, têm impulsionado o fluxo turístico e favorecido a visibilidade de outras destinações em condições de atenderem as especificidades dos turistas. De um modo geral, as destinações têm buscado maior profissionalização do setor de modo a se manterem competitivas e espera-se que tanto na Espanha quanto no Brasil, os interesses econômicos consigam ser conciliados com os interesses mais amplos das comunidades, aproveitando-se deste que é um momento ímpar voltado para a redefinição das estratégias de desenvolvimento do turismo.

Ainda no esteio da discussão sobre políticas públicas, mas ampliando o recorte geográfico para a Espanha, Esther Martinez-Garcia em seu artigo *La financiación pública de los destinos turísticos: un análisis de la imposición en turismo*, nos coloca um tema inquietante que é a forma como se dá a participação da gestão pública no financiamento do turismo e o reconhecimento de que as externalidades negativas decorrentes da prática desta atividade também devem ter a participação do turista neste financiamento, dado que ele também utiliza-se dos bens públicos devido ao seu caráter não excludente, e pelo fato de o turismo utilizar-se de recursos localmente espacializados na configuração do seu produto. Afirma que a tributação que objetiva a correção da externalidade negativa deve ser imputada na forma de impostos que venham a penalizar ou minimizar a ação do agente gerador, ao passo que a externalidade positiva, que traz ganhos generalizados, deve ser incentivada por meio de subvenções. Este sem dúvida se mostra um assunto ainda pouco debatido nos estudos sobre o turismo no Brasil, sendo merecedor de maiores reflexões e debates uma vez que a legislação brasileira prevê a penalização dos agentes geradores de externalidades negativas sobretudo no âmbito socioambiental, mas ainda não considera a possibilidade de incluir o turista como agente financiador, por meio da taxação pelo uso de bens e serviços turísticos seguindo a tipologia da fiscalização turística proposta pela Organização Mundial do Turismo, conforme apresentado pela autora em seu artigo.

Continuando a reflexão em torno das responsabilidades que os agentes do turismo devem assumir após terem decidido pela sua inserção no setor, Joan Sorribes, Dolors Celma e Esther Martinez-Garcia no artigo intitulado *La responsabilidad social corporativa en el sector turístico*, nos informam que este conceito está vinculado a uma nova forma de gestão empresarial que não deve mais se omitir frente à responsabilidade que as empresas do setor devem assumir junto ao bem estar da sociedade do entorno e ao seu meio ambiente. Entretanto, o artigo atesta que esta 'tomada de consciência' na verdade não é impulsionada por motivos tão nobres na Espanha, mas têm sido aos poucos implementadas pelas empresas objetivando a melhoria da sua imagem corporativa junto aos clientes. As autoras defendem que o turismo se encontra diante de um novo modelo, o relacional, que demanda da empresa a

manutenção de uma relação cordial com os grupos de interesse. Apesar de ser um tema ainda pouco trabalhado no âmbito das empresas do setor de turismo, sobretudo no Brasil, a partir das suas pesquisas, as autoras conseguem nos fazer refletir sobre a interpretação equivocada de boa parte das empresas em torno do real significado do conceito de responsabilidade social corporativa e nos comprova, de maneira perturbadora, como este conceito foi internalizado pelo capital e posto a serviço da ampliação dos ganhos econômico-financeiros dos empresários do setor.

No artigo *Del Turismo "Unplugged" al Turismo 2.0*, Jose Antonio Donaire traz uma excelente análise sobre os impactos da transformação tecnológica sob dois aspectos: primeiro, se refere a mudanças na estrutura de comercialização do turismo, que migra gradativamente do antigo/atual processo de 'compra' do destino tradicionalmente viabilizado pelo esforço imaginativo do turista sobre o lugar que pretende visitar, para a aquisição de informações diretamente na internet, em comunidades de viajantes onde os definidores dos produtos turísticos são os próprios consumidores. Isto implica, sem sombra de dúvidas, em modificações na estrutura do marketing das destinações turísticas que poderá vivenciar um impasse no que diz respeito à mensagem e formatação de produtos turísticos idealizados pela gestão pública ou pelo empresariado, e as mensagens/recomendações/produtos turísticos postadas por viajantes sobre a mesma destinação em *sites* especializados. O segundo aspecto, de acordo com o autor, está relacionado à redefinição das relações entre indivíduos e seus processos de socialização mediados pelo acesso às comunidades virtuais. Estas transformações tecnológicas, sem dúvida apresentam-se como uma solução capaz de contemplar os interesses de uma minoria tradicionalmente excluída dos pacotes turísticos tradicionais, ou mesmo ser capaz de atrair turistas que busquem informações mais específicas e precisas sobre os lugares que pretendem visitar. A lucidez e o profundo conhecimento do autor sobre as especificidades desta tendência, não deixa dúvidas de que está-se diante de uma verdadeira revolução em torno do marketing de destinações turísticas, com participação cada vez mais direta e determinante dos consumidores na produção do turismo.

O artigo *Turismo de 2ª residência: europeus no nordeste do Brasil*, da professora Maria do Livramento Miranda Clementino traz uma situação que ao nosso ver é bastante preocupante: a expansão da segunda residência enquanto efeito da moda, em loteamentos sem qualquer infraestrutura e tendo nos europeus, boa parte dos novos proprietários destas terras 'veranistas'. Esta expansão apresenta características intrigantes pois passam a demandar as facilidades próprias do estilo de vida urbano, *locus* de origem dos novos proprietários, para as suas novas residências, gerando mudanças comportamentais na população que não se vê incluída no processo. Interessa a discussão promovida pela professora em torno da terminologia dada a essa prática, ou seja, estamos diante de um 'turismo residencial' ou de um 'turismo imobiliário-turístico'? Por outro lado, a emergência do Nordeste brasileiro em uma perspectiva futura de inserção da região nos mercados internacionais, vem

refletindo-se na aquisição desenfreada de residências por europeus e no aquecimento do mercado imobiliário, cada vez mais profissionalizado. No presente artigo, a autora poderia ter contextualizado melhor as circunstâncias que favoreceram o loteamento do litoral de vários estados nordestinos por meio da implementação do PRODETUR-NE I, por ela mencionado, e continuou no PRODETUR-NE 2, gerando grande endividamento dos estados nordestinos na alocação da infraestrutura para atrair e suportar os investimentos previstos.

Por meio da análise dialética, o professor Arim Soares do Bem, autor do artigo *Turismo sexual, prostituição e exploração Sexual*, busca problematizar, neste que é um tema bastante delicado e caro à gestão pública do turismo especialmente no tocante às estratégias promocionais, alguns condicionantes da prática da exploração sexual. Apóia-se em autores que rechaçam a perspectiva monocausal desta prática tradicionalmente conduzida pelo viés da vitimização e amplia esta compreensão para a natureza afetiva e emocional subjacente às relações estabelecidas entre turistas e mulheres. Neste processo, ele considera que há um forte componente de gênero nesta relação, pois são as mulheres o grupo mais propenso à prática da prostituição por serem identificadas pelo autor como as perdedoras na nova reconfiguração da geografia do poder trazida com a globalização. Ele também afirma que embora não se enquadre como segmento turístico, demanda bens e serviços comuns à prática da atividade e reconhece que o turismo sexual se estabelece mediante a existência de uma rede de negociação que dá sustentação a esta prática. O autor traz uma abordagem complexa a uma questão muito delicada e que assola a região Nordeste, apesar das campanhas em defesa das vítimas de exploração sexual infanto-juvenil, mas busca fugir às percepções estereotipadas dos fatores que impelem as mulheres a ingressar nesta atividade, grande mérito do seu artigo.

O artigo *O Acesso Livre aos Periódicos Científicos Eletrônicos em Turismo no Brasil*, dos professores Alan Curcino Pedreira da Silva e Luciana Ferreira da Costa nos mostra a importância da democratização do acesso à informação científica de qualidade, tendo na comunicação instrumento fundamental para o acesso à informação produzida a partir de esforços intelectuais tanto dos grupos de pesquisa quanto das pós-graduações *Strictu Sensu*. Os autores mostram a trajetória de migração dos periódicos do turismo anteriormente impressos para o atual formato digital, bem como a tendência do livre acesso a estas publicações. Apontam as revistas científicas melhor avaliadas segundo conceito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as universidades e departamentos que possuem revistas científicas com aderência ao turismo. Os autores fizeram um excelente trabalho nesse levantamento e análise de publicações, historicizando todo esse processo de modo a nos trazer um dado animador: acréscimo de 220% de publicações de periódicos do turismo, o que demonstra o empenho dos pesquisadores sobre este campo vasto de estudos, falta apenas que este acesso se torne uma prática dos docentes e que, por sua vez, estimulem os seus alunos a viajar nesse mar de conhecimento.

O empenho dos organizadores em presentear-nos a todos, pesquisadores e curiosos do turismo com uma publicação tão rica e diversificada em termos de temas e abordagens, nos anima por percebermos que as preocupações que movem as pesquisas do turismo em torno das políticas e do desenvolvimento humano são comuns a estudiosos tanto do Brasil quanto da Espanha, demonstrando serem estes, temas urgentes e merecedores de maiores esforços intelectuais. Embora tenhamos percebido de maneira pontual a recorrência de alguns trabalhos, de um modo geral fomos brindados pelo brilhantismo das reflexões e atualidade dos temas, o que mostra que todos eles estão sintonizados com as demandas atuais dos estudos no turismo, daí a recomendação enfática da leitura deste livro. Chama a atenção, por outro lado, o mérito dos organizadores em reunir numa mesma publicação, artigos de excelente fundamentação capazes de sustentarem a tese e minimizarem a surpresa que terão os leitores, sejam eles estudantes, professores ou apaixonados pelo tema, ao se depararem com autores do turismo que refletem e escrevem de maneira crítica, sobre/contra a atual prática do turismo disseminada mundo afora.



OBRA RESENHADA

RAMOS, Silvana Pirillo; MUNDET i CERDAN, Lluís (Org). **Turismo, políticas e desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Asterisco, 2010. 203 p.

Resenha recebida em 20/04/2011. Aceita para publicação em 28/05/2011.